

Volta o controle de preços. Sem choque

Helival Rios

Instituição de um rígido controle de preços sobre alguns produtos da cesta básica de consumo, de grande impacto sobre o índice oficial de inflação; guerra total às expectativas inflacionárias; maior enxugamento da liquidez do mercado de dinheiro, incluindo-se aí, além da tradicional redução da base monetária, a protelação de pagamentos de débitos do Governo Federal e atraso na conversão cambial para os exportadores; e manutenção dos juros internos a níveis elevados.

Estes são alguns dos principais pontos da nova estratégia de combate à inflação que será deflagrada pelo Governo após o retorno do presidente Sarney e do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, dos Estados Unidos, segundo informações colhidas pelo **Jornal de Brasília**, junto a assessores do Presidente. Segundo essas informações, está completamente descartada a hipótese de adoção de um novo choque econômico, basicamente, em função das suas baixíssimas chances de êxito.

Segundo apurou o **JBr** no Palácio do Planalto, o governo ainda não considera a inflação fora de controle, apesar do índice de 35% previsto para setembro. Mas, considera que houve uma aceleração dos preços e um aumento dos riscos de fuga de capitais para os ativos reais da economia tais como o ouro, o dólar e o mercado imobiliário. Todas essas oscilações, vividas nos úl-

timos dias pelo dólar no mercado paralelo e pelo ouro, são frutos muito mais das expectativas e das incertezas, do que de uma conjuntura de inflação fora do controle do Governo — opina-se no Palácio do Planalto.

Volta ao Controle

A aceleração da inflação, entretanto, terá de ser combatida com firmeza, segundo se afirma no Palácio. Em primeiro lugar, considera-se como possível a volta de um controle rígido dos preços de uma cesta básica de produtos. As tarifas públicas, por já estarem defasadas, não seriam atingidas por essa nova medida.

O passo seguinte — informa-se no Palácio do Planalto — consiste em deflagrar-se uma “guerra” total contra as expectativas de alta da inflação. O Governo precisará conversar muito com as lideranças empresariais, trabalhistas e com toda a classe política, mostrando-se pronto a rebater com firmeza quaisquer boatos que, ao que se imagina, serão muitos daqui para a frente. Também se inclui nesse item de combate às expectativas de alta da inflação a redefinição de uma política nacional de abastecimento.

Um outro ponto que preocupa o Governo é a folga da liquidez no mercado, uma vez que há hoje no **over**, aproximadamente **NCz\$ 65** bilhões em circulação diária. Qualquer descuido, parte desse dinheiro pode deslocar-se para o consumo, para o mercado paralelo de dólar ou para alguns mercados especifi-

cos como o imobiliário (imóveis usados), gerando mais especulação. O Governo vai ter de enxugar o excesso de liquidez no mercado, restando pagamentos a terceiros e até atrasando as conversões cambiais,

Sem choque

O Governo considera inviável a aplicação de um novo choque, com congelamento de preços e salários, e acha que especulações nesse sentido somente contribuem para elevar ainda mais as expectativas inflacionárias.

Segundo informação colhida junto a assessores do presidente Sarney, o tempo de vida útil pós-choque vem se encurtando de choque em choque. Ele foi de 8 meses no Plano Cruzado, de 4 meses no Plano Bresser e somente de 3 meses no Plano Verão.

Se deflagrado outro choque, sua vida útil seria de um mês, no máximo de dois meses, voltando-se depois a um “pique” inflacionário sem precedentes e com um aumento substancial do descrédito da sociedade no Governo.

Cautela

Para o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, arriscar um choque agora seria correr o risco de levar o País para a hiperinflação, o que ocorreria, fatalmente, se o choque não desse certo.

O ministro da Seplan não aceita nem mesmo as idéias de se impor um redutor na correção monetária, por temer uma explosão do “black”. E isso ocorreria pelo aumento da insegurança, atingindo todos os ativos financeiros.